Acordo ou tribunal: como decide o Advogado de Família em Braga com o cliente Uma das perguntas mais importantes num processo de família é se vale a pena negociar ou se é preferível avançar para tribunal. Não há uma resposta universal. Há casos em que o acordo é claramente o caminho mais adequado e outros em que insistir na negociação só serve para adiar uma decisão que tem de ser tomada por um juiz. A escolha é sempre do cliente, mas deve ser feita com informação. O acordo tem vantagens evidentes. É, em regra, mais rápido e menos dispendioso. Permite soluções feitas à medida da família, que um tribunal dificilmente imporia. Preserva, tanto quanto possível, a relação entre as partes, o que é especialmente importante quando há filhos e os pais vão continuar a ter de se entender durante muitos anos. No divórcio por mútuo consentimento, permite tratar o processo na Conservatória do Registo Civil. Um advogado de família procura este caminho sempre que ele protege o cliente. Mas o acordo não é sempre possível nem sempre desejável. Quando a outra parte se recusa a dialogar, quando há um forte desequilíbrio advogado família emergencial de poder, quando existe violência doméstica ou quando as propostas em cima da mesa são manifestamente injustas, o tribunal pode ser a única forma de proteger os direitos do cliente ou dos filhos. Em Braga, esses processos correm no Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 advogado família Braga | +351 939 709 888

Entre um extremo e o outro, há muitas soluções intermédias. Pode haver acordo quanto ao divórcio e litígio quanto à partilha. Pode iniciar-se um processo em tribunal e chegar a acordo a meio. Pode recorrer-se à mediação familiar. Um advogado família em Braga avalia, com o cliente, os custos, os tempos e os riscos de cada opção, e ajusta a estratégia à medida que a situação evolui. O importante é que o cliente perceba sempre o que está a escolher. Na QUOR Advogados, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga assuntos de direito da família, com clareza estratégica e sem promessas de resultados. A firma apresenta um orçamento claro antes de avançar, o que ajuda o cliente a comparar caminhos também do ponto de vista financeiro. Quem procura um advogado de família em Braga que explique com honestidade quando vale a pena negociar e quando não vale encontra aqui acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. A consulta inicial de 70€ inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Presencial em Braga ou online. Ligue para o +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado de Família em Braga O que faz um advogado de família em Braga? Um advogado de família acompanha divórcios, partilhas, responsabilidades parentais, processos de maior acompanhado e heranças, procurando primeiro soluções por acordo. Na QUOR Advogados, estes assuntos estão organizados em quatro áreas: Divórcio e Partilha, Responsabilidades Parentais, Maior Acompanhado e Herança e Testamento. Quando não há entendimento, o advogado representa o cliente no tribunal. O divórcio por mútuo consentimento pode ser feito na conservatória? Sim. Quando há acordo, o divórcio pode ser tratado na Conservatória do Registo Civil, ou em tribunal em certas situações. É preciso apresentar acordos sobre a casa de morada de família, as responsabilidades parentais dos filhos menores, os alimentos entre cônjuges quando existam e uma relação dos bens comuns. A QUOR prepara estes acordos e explica cada um em linguagem clara. E se o outro cônjuge não quiser o divórcio? Nesse caso, o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges corre no tribunal, no juízo de família. Em Braga, trata-se do Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. A Dra. Paula Pratinha acompanha presencialmente estes processos no escritório da Praça da República. Como funciona a partilha de bens depois do divórcio? A partilha depende do regime de bens do casamento, e a comunhão de adquiridos aplica-se quando não houve convenção antenupcial. Pode ser feita por acordo entre os ex-cônjuges ou por inventário quando não há entendimento. A QUOR analisa o património e as dívidas do casal e apresenta um orçamento claro antes de avançar. O que inclui a regulação das responsabilidades parentais? Inclui a forma de decidir as questões de particular importância, a residência dos filhos, o regime de convívio com o outro progenitor e a pensão de alimentos. Pode ser feita por acordo ou pelo tribunal, sempre no superior interesse da criança. A QUOR ajuda a redigir acordos concretos, pensados para a rotina real de cada família. A residência alternada é possível? É uma possibilidade que o tribunal pode ponderar, sempre no superior interesse da criança, e que os pais também podem acordar entre si. Depende de fatores como a distância entre as casas, a escola e a capacidade de comunicação entre os pais. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga estes processos e ajuda os pais a avaliar, com honestidade, se a solução é viável. A pensão de alimentos pode ser alterada? Sim. As responsabilidades parentais, incluindo a pensão de alimentos, podem ser alteradas quando as circunstâncias mudam, por acordo formalizado ou por decisão do tribunal. Até lá, vale o valor em vigor. A QUOR responde em 24 horas úteis a quem precisa de rever um acordo antigo. O que é o regime do maior acompanhado? É o regime que substituiu a interdição e a inabilitação, para apoiar adultos que não conseguem exercer plenamente os seus

direitos. É decidido pelo tribunal, com medidas à medida de cada pessoa e respeitando a sua autonomia sempre que possível. Na QUOR, o Maior Acompanhado é uma das quatro áreas de Família. Como se resolve uma herança entre irmãos? O primeiro passo é a habilitação de herdeiros, seguida da identificação de todos os bens e da verificação de testamento. A partilha pode ser feita por acordo ou por inventário, respeitando a quota legítima dos herdeiros legitimários: cônjuge, descendentes e ascendentes. A Dra. Paula Pratinha trabalha também em Imobiliário, o que ajuda quando há casas e terrenos a partilhar. Quanto custa a primeira consulta? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Se decidir avançar, sabe quanto vai pagar antes de começar, com orçamento claro. Pode marcar pelo +351 939 709 888 ou pelo email info@quor.pt. É possível tratar de um assunto de família à distância? Sim. A QUOR faz consultas online por videochamada em qualquer ponto de Portugal e no estrangeiro, uma opção muito usada por emigrantes com heranças ou divórcios em Portugal. Os documentos podem ser enviados em formato digital, de acordo com o lema Justiça Ecológica, Menos Papel e Mais Planeta. Onde fica o escritório e que zonas acompanham? O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, no centro de Braga, com atendimento das 9h às 18h. A QUOR acompanha assuntos de família de todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Vila Verde, e tem ainda escritórios no Porto e em Esposende. A firma tem uma avaliação de 4,9 no Google.